



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2024 DO CONSELHO**
2 **ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ – CEPI/PR**

3 Ao vigésimo sexto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às nove e trinta e
4 dois da manhã reuniram-se ordinariamente no Museu Paranaense conselheiros (as)
5 titulares e suplentes do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI/PR, Sociedade
6 Civil e Poder Público, Convidados e Ouvintes. Participantes: **Conselheiros da Sociedade**
7 **Civil:** Antoninho Karay Dalani/Etnia Guarani (titular); Anderson da Silva/Etnia Xetá
8 (suplente); Everton Cipriano/Etnia Kaingang (titular); Rivelino Gabriel de Castro/Etnia
9 Guarani (titular); Valdemar Kehunh Cassemiro da Silva/Etnia Kaingang (titular); Silas
10 Ubirajara Donato de Oliveira/Etnia Kaingang (suplente); Marcia Jera Pires de Lima/AMIOR
11 (suplente); Izaias Benites/Etnia Guarani (titular); Eloy Jacintho/Etnia Guarani (titular),
12 Osmarina/CIMI (titular). **Conselheiros Governamentais:** Felipe Kamaroski/SEMIPI
13 (suplente); Lucimar Pasin de Godoy/SESA (titular); Dulcinéia Galliano Pizza/SETI (titular);
14 Silvana Melo Ribas/SEED (suplente); Caroline Willrich/FUNAI (suplente); Claudir
15 Nowothy/SUDIS (suplente); Josieli Andrea Spenassatto/SEEC (titular).
16 **Convidados/Ouvintes:** Camille Viera da Costa/DP-NUPIER; Ge Figueiredo/SEMIPI;
17 Natália Schmidt/SEMIPI; Kixirrá Jamamadi/AMIOR; André Luiz Brandão/SESP;
18 Carolina/AMIOR; Daniela Pivoto/IBAMA; Franciele Alves da Silva/COPEL. **Secretária**
19 **Executiva Interina:** Hayanne Iovanovitch. Para dar início reunião a secretária executiva
20 interina fez a verificação do quórum e declara aberta a reunião. Antoninho Karay é o
21 presidente eleito para a sessão. **Pauta - 11. Situação territorial do povo Xetá:**
22 **Anderson da Silva/Etnia Xetá:** enviou no e-mail do conselho uma ata/pedido de pauta.
23 Ele solicita que o conselho discuta a situação territorial do povo Xetá, de forma a dar
24 suporte às reivindicações territoriais desse grupo, que está em processo vagaroso de
25 demarcação. **Secretária Executiva Interina/Hayanne Iovanovitch:** faz a leitura do e-
26 mail que Adriano da Silva, conselheiro Xetá titular, mandou ao CEPI/PR relatando os
27 impactos culturais e sociais sofridos pelo povo Xetá e a negligência do Estado para/com a
28 situação, pede que o conselho dê apoio a reivindicação de terra do povo Xetá. **Felipe**
29 **Kamaroski/SEMIPI:** em outubro do ano passado foi criado um grupo de trabalho voltado
30 a questão do território Xetá, com representantes do DPU, MP e famílias Xetá, foi feito um



31 levantamento do processo que é um dos mais avançados no governo do Estado, porém
32 todo o território dos Xetá está sob um terreno de mesmo dono da família Bradesco, na
33 ocasião pensaram em fazer um acordo político com herdeira do Bradesco, mas não
34 conseguiram contato. Recomendou seguir pela via política, pois a via judicial é
35 complicada, hoje o processo corre na esfera federal e a FUNAI já delimitou o território.
36 **Osmarina/CIMI:** afirma que precisariam de uma pressão pública sobre os órgãos da
37 União para dar andamento ao processo. Houve uma audiência pública com Renato
38 Freitas em abril deste ano, ficou acordado de ser discutida a questão de reparação para o
39 povo Xetá incluindo terras do Estado, considerando que o Paraná, juntamente com o SPI
40 foi responsável pela narrativa de terras vazias e a transferência delas às colonizadoras.
41 Hoje os Xetá estão separados em várias terras indígenas pelo Paraná e Santa Catarina.
42 Sobre a posse da terra estar ligada a uma única dona acredita que não há chance de
43 sucesso com a herdeira pois ela nunca se manifestou apesar de mobilizações, a terra
44 está sobre posse de uma agropecuária que está se recusando a devolver a terra. Sugere
45 também que o CEPI cobre o MP, assim como a Assembleia Legislativa sobre os projetos
46 de lei de reparação territorial dos Xetá, foram apresentados dois projetos um sobre a
47 demarcação e outro sobre estruturas, escolas e preservação da língua. É um direito que
48 precisa ser demandado e garantido. **Claudir/SUDIS:** pergunta em qual município está o
49 território, o tamanho da área e quantas pessoas iriam para área. **Osmarina/CIMI:** fica no
50 município de Ivaté, a princípio identificada com quase treze mil hectares e reduzida pela
51 FUNAI ficando na faixa de dois mil e oitocentos hectares, com o discurso de que isso
52 facilitaria a demarcação, justamente por estar uma só propriedade. Afirma também que o
53 vínculo de etnicidade liga os descendentes Xetá, independente de casamentos eles se
54 reconhecem com Xetá, necessitam dessa reunião e de se reencontrar enquanto povo. É
55 preciso agir enquanto há tempo para que seja possível possibilitar aos sobreviventes
56 Xetá, sequestrados quando crianças e hoje idosos, que vivam com seu povo novamente.
57 **Claudir/SUDIS:** pergunta se caso consigam o território, os xetá iriam morar lá
58 considerando que estão já estabelecidos em outros territórios. **Anderson/Etnia Xetá:** não
59 fizeram a retomada pois sabem que a região é perigosa, mas sim querem ir ao seu
60 território faz tempo que seu avó está lutando pela terra e eles precisam desse território.
61 Não tem o número de famílias exato, na terra que ele está, São Jerônimo, tem 80



62 pessoas, quem tem o levantamento é o Cacique Julio dos Xetá. **Ge Figueiredo/SEMIPI:** o
63 último levantamento foi de 250 pessoas. **Osmarina/CIMI:** se compromete a compartilhar
64 no grupo (whatsapp) uma cronologia da história Xetá que eles realizaram no início do ano,
65 para ajudar com o embasamento da situação. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** considera
66 ambos os cenários, o burocrático judicial que pode demorar décadas e a tentativa de falar
67 com alguém que pode não responder. Sugere que seja oficiado a DPU e o MPF,
68 solicitando o acesso ao Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação – RCID,
69 da TI Hararekã Xetá, e ao mesmo tempo o conselho poderia enviar uma carta à Fundação
70 Bradesco para ver a possibilidade de cessão da terra, cumprindo requisitos de filantropia
71 ao qual a fundação está voltada. **Daniela/IBAMA:** sugere enviar ofício também à FUNAI e
72 ao MPI. **Caroline Willrich/FUNAI:** esclarece que se o processo já está na etapa de
73 judicialização, a terra já foi delimitada e os estudos referentes ao processo foram
74 realizados a parte da FUNAI já foi feita, a partir daí são processos políticos. Há a
75 provocação também que o conselho faça o governo do estado puxar a pauta, uma vez
76 que ele foi o principal causador da violência. **Claudir/SUDIS:** como governo do estado
77 devemos resgatar à dívida histórica criada pelo Estado. As ocupações urbanas e rurais
78 têm sido acompanhadas por uma comissão específica de conflitos fundiários onde há
79 solicitação de reintegração de posse eles conseguem travar o processo, o momento
80 político é bom e precisa ser aproveitado. **Encaminhamentos:** (1) ofício à MPF e DPU
81 solicitando acesso ao RCID da TI Hararekã Xetá; (2) nota pública à fundação Bradesco
82 solicitando reunião com representante; (3) ofício ao governador do Estado do Paraná
83 solicitando atenção e providências ao processo de demarcação. **Pauta – 14.**
84 **Acompanhamento do CEPI (Conselho Estadual dos Povos indígenas do Paraná) no**
85 **acolhimento e recebimento das famílias artesãs que migram para o município de**
86 **Curitiba na CPCI (Casa de Passagem e Cultura Indígena):** **Carolina/AMIOR:**
87 questiona se o Cacique Angelo estará presente na reunião para dar esclarecimentos
88 sobre o caso de Elza, mulher indígena que veio a falecer após ser violentada, diz que
89 agentes de órgãos envolvidos no caso se disponibilizaram a estar na reunião e precisaria
90 saber sobre a presença do Cacique para acionar eles. **Marcia/AMIOR:** esclarece que
91 como associação apresentam as demandas das mulheres indígenas, não de uma
92 comunidade só para garantir o espaço de fala dessas mulheres. Solicita que o conselho



93 se posicione no sentido de ajudar as mulheres, (lê uma nota da AMIOR): a nota solicita
94 que o regimento da casa de passagem indígena de Curitiba seja público, bem como seja
95 proposto uma ação para defesa das mulheres indígena. **Carolina/AMIOR:** se apresenta,
96 diz que a nota lida era para a conselheira Camila ler, mas ela não está presente.
97 Menciona ainda que a casa de passagem é de todas as pessoas, não deve ser seletiva e
98 ter diálogo aberto. Diz que há uma queixa de uma mulher que foi expulsa da casa de
99 passagem junto com sua família, teria ficado uma semana em situação de rua, até
100 procurar o NUDEM. Ela teria sido expulsa por uma questão de embriaguez. Solicita que
101 haja regras para dar suporte às mulheres que sofrem com alcoolismo, com suporte
102 psicológico e rede de apoio. Também que a casa de passagem forneça suporte de
103 assistência social, bem como crie um protocolo para casos específicos como foi este
104 mencionado. **Silas/Etnia Kaingang:** se manifesta em resposta ao pedido da AMIOR,
105 menciona que há um regimento interno assinada por 4 caciques (TI Faxinal, TI Ivaí, TI Rio
106 das Cobras e TI Marrecas). Diz que há um livro de ocorrências, e que a maioria dos casos
107 problemáticos se referem ao uso de álcool pelos usuários da casa. Ele afirma que a casa
108 está aberta a toda sociedade. Entretanto, só recebe indígenas artesãos, e que a
109 prioridade é que essas pessoas sejam atendidas em detrimentos de indígenas que não
110 produzem artesanato. A reabertura da casa de passagem é fruto de esforço coletivo, as
111 famílias têm 3 refeições ao dia, o município oferece passagens de ônibus para as famílias
112 retornarem, há um período de uso da casa de 30 dias por pessoa, exceto nos períodos de
113 férias que é menor por conta do fluxo intenso. As lideranças são informadas em casos de
114 ocorrência. Há dois regimentos, um municipal e um indígena, o indígena foi criado com
115 lideranças indígenas (das 4 terras citadas acima). A FAS auxilia na gestão. A casa vai
116 continuar com um movimento cultural. Ainda reforça que não pode “passar a mão na
117 cabeça” de pessoas que não cumprem o regimento. **Jovina/Etnia Kaingang:** Kixirrá e
118 Carolina abrigaram muitas mulheres indígenas antes da casa de passagem, está na
119 militância há muitos anos e sabe disso. A luta é das mulheres indígenas, dormiu diversas
120 vezes na rua junto com as mulheres indígenas artesãs, por essa experiência alguns
121 caciques não teriam passado. O “trabalho” deve chegar em todos os lugares. Direciona a
122 fala à AMIOR, precisam de suporte, mas não se pode “misturar as coisas”, talvez o casal
123 não teria sido expulso. Não podemos sair falando de um assunto sem saber. A estrutura



124 anterior da casa era ruim, parecia uma garagem, e por isso ela teria pedido para mudar o
125 local da casa de passagem. Mora há 37 anos em Curitiba, mas sabe que não se pode
126 somente observar o contexto daqui, precisamos ir nas aldeias conhecer a realidade do
127 alcoolismo. Não sabe se existe tratamento para alcoolismo em Rio das Cobras. Diz que
128 Antoninho Karay trabalha na SESAI, e que ele pode informar se existe tratamento dentro
129 das comunidades indígenas para alcoolismo. **Antoninho Karay/Etnia Guarani:** existe
130 tratamento. **Jovina/Etnia Kaingang:** volta a dizer que a realidade do alcoolismo gera
131 conflitos nos territórios. Já fez um diagnóstico sobre a situação das mulheres indígenas
132 em Rio das Cobras, esse diagnóstico deve ser feito pela AMIOR em todos os territórios.
133 Diz sentir falta do Angelo e outros caciques. **Valdemar/Etnia Kaingang:** se quatro
134 caciques assinaram uma regra para a casa de passagem, àqueles que cuidam da casa de
135 passagem precisam cumprir essa regra. Os caciques que atuam aqui devem estar atentos
136 a isso. Afirma que se vier um casal para ficar na casa de passagem bêbado eles não
137 poderiam ficar. Há um regimento em toda repartição, as regras não podem ser
138 quebradas. Ele trabalha no calçadão vendendo artesanato, viu esse casal dormindo
139 bêbado e cuidou da banca deles, pois eles não tinham condição de cuidar das vendas
140 que eles estavam fazendo. As pessoas precisam entrar nas aldeias para ver como é a
141 realidade. Há uma parte da prefeitura que institui uma ordem e por isso eles devem ter
142 atenção às ordens da prefeitura. Devemos olhar para dentro do território para observar as
143 problemáticas relativas ao uso de álcool. **Carolina/AMIOR:** esclarece que não estão
144 acusando ou tentando fechar a casa de passagem, mas sim que a queixa do casal foi
145 recebida pela AMIOR e estão solicitando o regimento para poder observar o conteúdo e
146 atender as pessoas que apresentarem questionamentos à associação. Menciona que há
147 mulheres de vários territórios na AMIOR que só não estão presentes pois não há recursos
148 para que elas venham para a reunião, são 32 mulheres ao todo, 22 delas mulheres
149 indígenas. Solicita acesso ao regimento interno para entender como a casa de passagem
150 lida com essa questão, recomenda que a casa de passagem faça um diálogo com outras
151 instituições para formar uma rede de apoio para pessoas antes que elas sejam expulsas.
152 **Silas/Etnia Kaingang:** diz que a FAS já está acompanhando essas questões de pessoas
153 para que não sejam expulsas. Afirma que não pode passar o regimento pois a casa de
154 passagem é território indígena, e esse regimento compartilhado seria intervenção de não



155 indígenas na casa. **Melissa/SEED:** solicita que o alcoolismo entre em futuras pautas para
156 ser entendido como problema de saúde pública, de assistência e como problema histórico
157 do processo colonial. Ela diz talvez haja dor em aceitar à crítica, mas que ela deve ser
158 entendida como um processo de formação enquanto gestão pública, é importante pensar
159 como acolher essa pessoa adicta, e pensar como acolher sem perturbar o trabalho de
160 acolhimento aos demais. E que nas próximas reuniões devem ter apoio de especialistas
161 na questão para que se debata essa questão. **Everton Cipriano/Etnia Kaingang:** Diz
162 que é muito fã da Jovina e que a AMIOR deve ir aos territórios. Há diversos tipos de
163 antropólogos, gosta dos que estão próximos às comunidades. Para vir estudar em
164 Curitiba ele precisou de autorização do cacique, há regras em outras casas de passagem.
165 Sugere que a AMIOR deve procurar parcerias para fazer um trabalho diferenciado às
166 comunidades. Relata que já sofreu com a lei interna da comunidade, há regras que
167 devem ser seguidas. **Kixirrá/AMIOR:** esteve presente na luta para reabertura da casa de
168 passagem, já teve experiências com pessoas com alcoolismo, a partir disso sabe que não
169 podemos despejar essas pessoas na rua. Começar a ver esse problema como sendo de
170 saúde pública, e não excluindo a pessoa do convívio. Isso vale tanto para o contexto
171 urbano quanto para dentro do território, uma vez que essas mulheres expulsas ficam em
172 vulnerabilidade quando estão na rua. Veio para a cidade sem emprego, estudou, mesmo
173 sem cota, conseguiu se formar e teve o pai assassinado por conta do álcool, por esse
174 motivo tem todo o direito de se revoltar quando presencia a exclusão da pessoa
175 alcoólatra. Nesse conselho não é a AMIOR que precisa ir aos territórios, uma vez que tem
176 representantes em diversos territórios. Pede que o comportamento com os alcoólatras
177 seja revisto dentro dos territórios, é um problema de saúde pública e é grave.
178 **Jovina/Etnia Kaingang:** responde que a luta dela não começou hoje, mas que muitas
179 vezes começamos falando que temos que respeitar as regras. Repete que quando soube
180 que o casal foi jogado para fora ficou chateada. Temos que ver que o alcoolismo existe
181 em todos os lugares, conversou com o Silas sobre e ele não expulsou, mas sim cumpriu
182 as regras. Precisa-se de uma parceria para serem atendidos dentro dos territórios. Pede
183 que parem de inventar mentiras sobre o caso, foi até a mulher tentar conversar e foi
184 atacada por ela. O problema precisa ser resolvido pela SESAI, junto com outras parcerias.
185 **Silas/Etnia Kaingang:** em 2022 houveram 11 ocorrências, todas de Rio das Cobras, e



186 todas por uso excessivo de álcool, parte dos casos ocorreram na passagem de ano. Se
187 não houver punição os outros indígenas podem entender que não há regras.
188 **Céia/Convidada/CPCI:** na casa de passagem anterior havia um descontrole de pessoas
189 alcoolizadas, e esse contexto problemático deve ficar no passado, uma vez que com a
190 reabertura da casa de passagem devemos ter um ordenamento para evitar esse
191 problema. **Antoninho Karay/Etnia Guarani:** pega a palavra para falar pela SESAI, já tem
192 trabalhos no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. O alcoolismo é um problema grave,
193 estão com falta de quadro de psicólogos e o distrito está sim fazendo os trabalhos nos
194 territórios, como exemplo menciona a ação na região oeste ainda que falta gente e
195 recurso (cenário compartilhado com outros estados). A falta de profissionais é o problema
196 institucional que dificulta a atuação. Ele vê que qualquer problema joga para o distrito,
197 mas que o problema é também do Estado, uma vez que a lei diz que a responsabilidade é
198 compartilhada entre estado, município e União. **Lucimar/SESA:** temos consciência que o
199 alcoolismo é um problema de saúde multifatorial, precisamos de diversos profissionais
200 diferentes para solucionar o problema como da saúde, educação e cultura. O estado tem
201 atuado de perto com a SESAI, que faz o atendimento primário, mas o atendimento para
202 além do primário é no Estado. O assunto é caro ao Estado e tem sido tratado dentro da
203 estrutura com seriedade, não é fácil de trabalhar pois, como mencionou, é multifatorial,
204 solicita a presença do DSEI litoral sul/ SESAI quando for tratado do assunto. Explica as
205 características logísticas de atendimento, expondo como o problema é trabalhado dentro
206 de comissões e órgãos diferentes, deve ser discutida também no CONDISI. As equipes
207 estão presente em campo, o Felipe também está presente nos territórios e por isso já teve
208 a experiência. **Niuceia/AMIOR:** é assistente social de Curitiba e fez parte do grupo que
209 buscou a implementação da casa de passagem em 2015, a primeira casa enfrentou
210 muitas dificuldades para ser lançada. Gostaria que pudessem pautar como foi a
211 experiência da primeira casa de passagem indígena, solicita a presença de Ubirajara,
212 indigenista que tocava a casa de passagem junto com os indígenas. Elas compõem a
213 AMIOR e a frente feminista. Era uma pauta importante que a nova casa fosse coordenada
214 por indígenas. Ainda que seja do município precisa do apoio do estado e da União como
215 política pública, ela não é a casa de quem está coordenando, mas sim do município e por
216 isso precisa ter sua gestão e atividades públicas. O recorte feito somente às artesãs pode

217 excluir diversas mulheres indígenas, uma vez que diversas pessoas vêm ao município por
218 diversos motivos. Independente da adicção, temos diversos fatores que fazem as pessoas
219 não contribuírem com as regras, mas as regras não podem ser um fim em si. Diz que é
220 um desafio coordenar, mas é preciso estar preparado. Sugere fazer uma formação
221 técnica aos coordenadores da casa, considerando ser um fator complexo de saúde
222 pública e social. **Silas/Etnia Kaingang:** a gestão indígena não precisa de formação, pois
223 estariam preparados para trabalhar corretamente com os parentes. Para trabalhar com o
224 “nosso povo” não seria necessário ter uma formação acadêmica, eles seguem o ritmo
225 próprio da coordenação de conversar com as pessoas. Silas questiona que a militância e
226 o vocabulário usado dá a entender que eles não têm autonomia e não sabem trabalhar
227 com o próprio povo. **Niceuia/AMIOR:** explica que o sentido da sua fala foi outro, e tendo
228 trabalhado com ela ele sabe bem disso, acredita que aprendemos para sempre e há de se
229 ter humildade e estar aberto para isso quando necessário. **Felipe Kamaroski/SEMPI:**
230 alerta que a pauta está se prolongando e não se trata de questões pessoais, mas sim
231 resolver o ponto de pauta objetivamente. **Caroline/FUNAI:** diz que todos temos vontade
232 de fazer algo, os assuntos são muito fortes neste conselho, as mulheres têm
233 necessidades da pauta. Sugere que a questão do alcoolismo seja levada como ponto de
234 pauta para reuniões futuras, uma vez que a complexidade do tema é grande, sugere a
235 convocação de todos os órgãos relacionados a questão do alcoolismo na estrutura estatal
236 (SESA, DSEI/SESA e assistência social). Enquanto conselho, essa reunião pode embasar
237 uma ação propriamente. Ainda propõe que o DSEI deve ter uma cadeira no conselho,
238 bem como o MPPR. **Felipe Kamaroski/SEMPI:** complementa que se MPPR tiver uma
239 cadeira a DPE deve ter uma também. Sugere convidar então todos os órgãos que atuam
240 na questão do alcoolismo. **Ester/SESA:** sugere dois encaminhamentos: 1) apresentar o
241 regimento da casa de passagem, para que o conselho tenha acesso e conhecimento
242 sobre ele. 2) frente ao regimento, auxiliar a casa de passagem com o encaminhamento de
243 pessoas alcoolizadas. **Rivelino Castro/Etnia Guarani:** pede à palavra para pensar qual o
244 papel do conselho, pede que o regimento seja compartilhado para que o conselho possa
245 apreciar. Diz que está confuso a questão da casa de passagem e pede esclarecimentos
246 melhores, para que possamos pensar em encaminhamentos. Diz que a AMIOR pode
247 denunciar nos canais oficiais, menciona que os gritos e manifestações ontem poderiam



248 ser feitas em outras instâncias. **Secretária Executiva Interina/Hayanne:** informa que a
249 secretaria está montando um curso para os conselheiros, entendemos as dificuldades e
250 ela está presente em diversos conselhos e já estão organizando para sanar as dúvidas e
251 dar maior entendimento sobre o papel dos conselhos, solicita que os representantes da
252 assistência social devem ser oficiados para estar presentes no conselho, além disso
253 sugere que a questão do alcoolismo possa ser debatida nas comissões de maneira mais
254 objetiva. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** diz que tem representantes da SEDEF no conselho,
255 mas estão ausentes, após três faltas não justificadas eles podem ser substituídos.
256 **Céia/CPCI:** diz que o regimento será apresentado. Junto à FAS eles vão ceder um
257 espaço para auxiliar os encaminhamentos pertinentes aos casos de alcoolismo, pois
258 estão conversando sobre a possibilidade de que os indígenas afastados por alcoolismo
259 sejam acolhidos pela fundação. Gostaria que o conselho convidasse à FAS para entender
260 os encaminhamentos em conjunto com o município. **Silas/Etnia Kaingang:** reitera que o
261 regimento foi assinado pelos caciques, e diz que eles precisam ser consultados sobre as
262 alterações no regimento. **Antoninho Karay/Etnia Guarani:** solicita que sejam efetivadas
263 parcerias para suprir a ausência de quadro técnico para atuação dos agentes, por
264 exemplo, ceder técnicos para atuar dentro dos territórios em mutirões e ações afins.
265 **Céia/CPCI:** complementa, solicitando que o conselho acompanhe todas as casas de
266 passagem no governo do estado, em conjunto com a AMIOR, uma vez que casos
267 pontuais não devem ser os únicos tratados. Pede que a chefia da assessoria de direitos
268 humanos esteja presente quando for tratado a questão. **Lucimar/SESA:** pede que a
269 Secretaria de Saúde do Município de Curitiba seja convocada para a reunião.
270 **Encaminhamentos:** (1) ofício à assistência social solicitando relatório das providências
271 tomadas sobre o tema e que sejam formuladas políticas para tratar da questão com os
272 povos indígenas; (2) apresentação do regimento da Casa de Passagem para ciência do
273 conselho; (3) frente ao regimento pensar coletivamente como a casa de passagem pode
274 fazer encaminhamentos referentes a pessoas alcoolizadas; (4) possivelmente sugerir
275 alterações ao regimento e, se for esse o caso, pedir autorização aos caciques que
276 assinaram para efetivar as alterações; (5) levar o ponto de pauta de alcoolismo para outra
277 reunião com a presença dos órgãos que podem agir diante disso (SESA, DSEI/SESAI,
278 FAS, SMS, MPPR); (6) solicitar parcerias com o governo do Estado para ceder corpos



279 técnicos à atuação de agentes nas terras indígenas, com mutirões e ações afins. (7) que
280 o conselho e a AMIOR façam o acompanhamento das demais casas de passagens do
281 Paraná, com a presença da assessoria de direitos humanos para isso. **Pauta 15 - Apoio**
282 **e mediação do CEPI (Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná) na**
283 **regularização da Aldeia Kakanê Porã: Márcia/AMIOR:** apresenta o pedido da AMIOR
284 que o conselho auxilie no processo de regularizar a Kakane Porá, primeira aldeia urbana
285 de Curitiba, que abriga cerca de quarenta e duas famílias entre Xetás, Kaingang e
286 Guarani. Há necessidade de acesso a políticas como Unidade Básica de Saúde e
287 infraestrutura. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** pede mais informações. **Carolina/AMIOR:** fala
288 sobre a necessidade de regularização da região, que o conselho faça um diagnóstico das
289 questões e acompanhe o processo. Encaminhamento: Devido à ausência da Camila, que
290 solicitou a pauta, ficou acordado que ela ou a AMIOR venha trazer mais informações na
291 próxima reunião para aprofundar a discussão e possibilitar deliberações do conselho.
292 **Pauta 16 - Questão dos Avá Guarani e Xetá: Osmarina/CIMI:** solicita trazer uma
293 retomada dos encaminhamentos da última reunião online relacionada aos Avá Guarani.
294 Mas primeira apresenta o caso de uma criança xetá de seis anos. Morava em São
295 Jerônimo da Serra com os pais que tinham problemas com bebida. A criança foi junto com
296 um deles na cidade e foi esquecida, o conselho tutelar tirou a guarda da menina, ela foi
297 repassada para uma família Kaingang em Marrecas. Os pais começaram o processo de
298 tratamento e depois de um tempo estavam sóbrios, tiveram outra filha estão cuidando, se
299 mudaram para terra indígena Rio da Areia. Os pais conseguiram um acordo com o
300 conselho tutelar para ver a criança se comprometeram de levar os pais, mas foram uma
301 vez só e depois nunca mais. A família biológica da criança então solicitou apoio para ver o
302 procedimento do processo e se a criança pode voltar à família ou parente Xetá e eles não
303 conseguem acesso as informações. O CIMI fez um ofício ao Ministério Público Federal
304 solicitando que eles intervissem, mas a devolutiva foi de que eles não atuariam no
305 processo por se tratar de caso específico fora da jurisdição deles. Depois eles recorreram
306 ao Ministério Público Estadual através do Doutor Olimpyo para ver o processo de adoção
307 e tentar levantar informações, tentou com o fórum para Guarapuava, também não houve
308 respostas, a FUNAI também buscou informações com o fórum sem sucesso, também
309 tentou através da Advocacia Geral da União, mas até agora não teve nenhuma resposta.



310 Conversou com o Cacique Junior da terra indígena de São Jerônimo da Serra e ele
311 sinalizou que gostaria que esse tema fosse tratado aqui no conselho para tentar devolver
312 a criança para seu povo Xetá que já sofreu muito com violências e separações impostas
313 pelo Estado. Cacique Julio gostaria que o Conselho dos Povos Indígenas tivesse
314 conhecimento, para essa criança voltar a viver nos costumes Xetá e aprender sua língua.

315 **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** pergunta se há algum número de processo. O conselho
316 nacional fala da prioridade de adoção com povos indígenas primeiro sendo na mesma
317 família, depois na mesma comunidade, depois mesma etnia e por último pessoas não
318 indígenas. É obrigatório que o juiz solicite algum antropólogo especialista para fazer laudo
319 antropológico de adoção, se não pode anular o processo, ato equivocado do juiz. Sugere
320 encaminhamento pedir reunião do representante do Conselho Nacional de Justiça.

321 **Osmarina/CIMI:** informa o número do processo - ARIANE XETÁ -
322 00020452820218160031 **Antoninho/Etnia Guarani:** passar essa situação para Liliana,
323 fala sobre a devolução de criança da sua aldeia, com essa questão de equívoco do juiz
324 pois ela atua recorrentemente com essa situação. Na aldeia dele houve um caso parecido
325 e em 25 dias o juiz devolveu as crianças, o caminho é pela rede do Conselho Tutelar e o
326 Ministério Público Federal. Sugeriram junto a SESAI solicitando ao juiz, quando houver
327 situações que a criança permaneça no território, nas famílias próximas, se coloca a
328 disposição para levantar informações sobre a questão. **Anderson da Silva/Etnia Xetá:**
329 explica um pouco a situação, que a família já perdeu a criança algumas vezes devido ao
330 problema com bebida a tia dele chegou a cuidar dela por um tempo. Demoraram a aceitar
331 tratamento, houve conflitos na aldeia e a FUNAI precisou intervir a pedido do conselho
332 tutelar e a criança foi para em outro lugar, mas havia pessoas da mesma etnia dispostas a
333 cuidar da criança é errado que colocaram ela em outro lugar. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:**
334 não tem fiscalização do andamento devido processo e então as crianças acabam indo
335 para outras famílias, por conta da falta do laudo. Encaminhamento: levantar os dados do
336 processo para ver se os procedimentos devidos foram tomados, pedir uma reunião com
337 representante do Conselho Nacional de Justiça para tentar anular o caso se possível e
338 devolver a criança. **Osmarina/CIMI:** Agora sobre os Avá Guarani, foram junto ao CEPI em
339 visita a Tatarendã. Nessa visita o desembargador combinou que os Guarani não deveriam
340 avançar e os fazendeiros também não até que a compra das áreas seja resolvida. O



341 processo de compra da terra da Itaipu foi passado à FUNAI, para que com os dados ela
342 faça visitas e reuniões com os indígenas. A delimitação da terra foi de vinte e quatro mil
343 hectares só que a Itaipu diz que vai comprar mil e quinhentos hectares da terra,
344 apresentaram outra proposta para ampliar o tamanho da terra a três mil hectares.
345 Continuarão discutido, pois ambas as propostas são insuficientes. Houve ataque no dia
346 vinte e sete de agosto conflito feito por moradores vizinhos, sete indígenas baleados.
347 Mulheres e crianças, eles não querem os Guarani ali. Se organizaram e ocuparam e
348 fizeram ataques a noite. Agora a situação está mais tranquila e hoje de manhã a Vilma,
349 uma liderança deles, estava em Genebra em uma audiência da Organização das Nações
350 Unidas falando sobre a situação dos Avá, em setembro houve uma missão e reunião com
351 participação do CIMI, órgãos e universidades, para tratar as retomadas tanto do Paraná,
352 quanto do Mato Grosso do Sul. Foi elaborado um relatório preliminar da situação. Agora a
353 situação está mais calma, mas pode haver tensionamentos nesse processo de compra de
354 áreas. Pergunta se houve encaminhamento para uma segunda visita a Guaíra para ver a
355 situação das tensões ali, pede atuação forte do CEPI na situação. **Felipe**
356 **Kamaroski/SEMIPI:** recebemos um email sobre uma reunião amanhã (27/09) sobre a
357 terra da Guasu Guavira e Jacutinga, é um convite que sai da Câmara de Mediação e
358 Conciliação da Administração Pública Federal, com INCRA, FUNAI, DPT, PF, CGY, MPF
359 e outras câmaras de mediação, sugere encaminhamento enviar quatro representantes
360 para essa reunião de maneira paritária. **Osmarina/CIMI:** se dispõe a participar. Quer
361 representar como conselho. **Izaias/Etnia Guarani:** se dispõe a participar também. Fala de
362 reunião sobre a discussão das terras, sobre delimitação de terra indígena, onde ocupa e
363 onde podem ficar por enquanto. Acha importante participar, a FUNAI vai apresentar o
364 mapa feito para a Itaipu e levar a luta Ava Guarani. **Felipe Kamaroski/SEMIPI:** pergunta
365 se a SUDIS não vai participar e se alguém mais tem interesse. **Claudir/SUDIS:** vai
366 verificar. Encaminhamento: Felipe, Izaias, Cladir e Osmarina vão participar da reunião
367 representando o CEPI e a COPCT. **Pauta - 8. Caminhos do Peabiru: Felipe**
368 **Kamaroski/SEMIPI:** é um projeto da Secretaria do Turismo para trazer rotas turísticas em
369 vários pontos de atração cultural do Paraná, houve um evento de lançamento.
370 **Melissa/SEED:** participou de um evento promovido pela SEED para formação de
371 professores, conhecer a história do caminho. Cada secretaria ta sendo chamada a pautar



372 na sua área, a educação está sendo pautada pela SEED. É uma questão turística, para
373 que possa gerar renda às rotas turísticas. Encaminhamento: Plenária entra em acordo
374 para deixar essa pauta para a próxima reunião do conselho, solicitando que a pessoa que
375 colocou ela apresente quais as questões referentes ao conselho. **Silas/Etnia Kaingang:**
376 volta na pauta da casa de passagem e cita que como sociedade civil ficou constrangido
377 sobre um diálogo de um curso para gestão da CPCI colocado pela Niuceia, que repudia,
378 pois não precisam de curso para lidar com o seu povo e isso abalou tanto ele, quanto a
379 Céia. **Carolina/AMIOR:** sobre a posição da Niuceia concordam que a colocação dela foi
380 muito pessoal, acredita que a intenção não foi de menosprezar o trabalho deles pois
381 estamos sempre em formação e é importante estar aberto ao aprendizado. Pede
382 desculpas e entende que estão fazendo o que podem nessa gestão. **Antoninho/Etnia**
383 **Guarani:** finaliza a reunião às 14:25. Esta ata foi redigida durante a reunião pelos
384 servidores Felipe Kamaroski, Ge Figueiredo (est.) e Natalia Schmidt (est.) e revisada pela
385 Secretaria Executiva Taise Alessandra Passos.